

Entre a religião e o povo: a Literatura de folhetos como modo de transmissão de conhecimentos e crenças religiosas

Neffertite Marques da Costa¹

A Literatura de cordel brasileira ou Literatura de folhetos, conforme a intencionalidade no uso do termo, foi responsável pela conservação de uma tradição presente no Nordeste brasileiro, assim como pela transmissão de saberes que antes ocorriam apenas oralmente, sendo importante, também, para a alfabetização de populações sertanejas.

Entre esses conhecimentos transmitidos pelos folhetos estão os conhecimentos e as crenças religiosas, os temas mais presentes direta e indiretamente nesta literatura. O objetivo deste artigo é verificar como isso ocorre, considerando a obra dos primeiros cordelistas conhecidos, por meio de consulta ao acervo da Fundação Casa de Rui Barbosa, além de estudos acerca do assunto.

A Fundação Casa de Rui Barbosa, localizada na cidade do Rio de Janeiro, iniciou, na década de 1960, em seu centro de pesquisas, a linha temática “Literatura de cordel”, formando uma coleção de folhetos, hoje composta por um total de nove mil folhetos, estando, grande parte, disponível em catálogo virtual para consulta, além de ter publicado diversos estudos de referência sobre a literatura de cordel brasileira.

A utilização do termo “Literatura de cordel”, em si, já demonstra uma opção dos estudiosos reunidos neste centro de pesquisas. Este trabalho, embora possa se referir frequentemente ao termo, preferiu a utilização da nomenclatura “literatura de folhetos”, menos problemática, como se verá a seguir. Mas, antes de tratar dessa controvérsia, é imprescindível destacar a existência dos cantadores, os primeiros poetas populares nordestinos, que iniciaram a tradição continuada pela literatura de folhetos.

No Nordeste brasileiro do século XIX e grande parte do século XX era comum encontrar a figura do cantador, também chamado de violeiro ou repentista, acompanhado da sua viola nordestina, de formato igual ao do violão comum, variando

¹ Especialista em Ciências da Religião e mestranda em Ciência da Religião pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, sob a orientação do Prof. Dr. Ênio José da Costa Brito, com financiamento da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e da Fundação São Paulo (FUNDAESP), mantenedora da PUC-SP. Endereço eletrônico: profa.neffertite@gmail.com.

de quatro a catorze cordas, ou com a rabeca, um violino popular artesanal para ser executado com o seu braço para baixo, apoiado em parte sobre o braço direito, em parte sobre o peito.

As cantorias musicalizavam a sabedoria popular, demonstrada, também, por meio dos desafios entre os diferentes cantadores, “os sábios do Nordeste”. Os poetas populares, como aqueles que dominavam a escrita e a utilização dos instrumentos necessários para a sua reprodução, já que tinham as suas próprias tipografias, registraram na linguagem escrita esse conhecimento transmitido de geração em geração pela oralidade, sendo, assim, “os escribas no Nordeste”.

Aos poetas populares dos folhetos nordestinos cabia o registro dos famosos desafios ocorridos entre os cantadores, a partir do que a memória havia conservado, porém, como “quem conta um conto, aumenta um ponto”, da forma que o povo diz, foram mais longe, inventando novas histórias de desafios/pelejas com seus versos para abordar temas que julgavam mais interessantes, assim como também contar e recontar em versos escritos as histórias herdadas dos colonizadores portugueses.

Dessa forma, mais do que escribas, eram também autores, narradores da vida nordestina, falando de seus costumes, das suas práticas, dos seus personagens, da sua história. E os folhetos impressos foram, por vezes, as cartilhas pelas quais as pessoas se alfabetizaram, afinal, não possuíam recursos financeiros para outro material e o acesso aos bancos escolares no sertão nordestino era muito difícil.

Nesse sentido, a definição apresentada pela pesquisadora Idelette Muzart-Fonseca Santos para esses folhetos de feira – lugar onde eram vendidos após a leitura de suas primeiras páginas para despertar o interesse do ouvinte/leitor (na Península Ibérica, já na Idade Média, o mesmo modelo de impresso era vendido nas feiras pendurado em um cordão ou cordel, de onde veio o nome desse tipo de literatura) –, que compõem a chamada Literatura de cordel brasileira ou Literatura de folhetos, é muito significativa:

Documentário de costumes e de mitos do mundo rural brasileiro ou recriação escrita de uma tradição oral herdada da Europa, o folheto deixa entrever, sob uma denominação múltipla, as ambigüidades de sua identidade. O termo *folheto de feira* é empregado tradicionalmente para designar esse pequeno livro, cujo número de páginas varia de 8 a 48 (podendo chegar, excepcionalmente, até 64 páginas), com

um formato médio de 11 x 64 cm., imposto pelo modo de distribuição. (SANTOS, 2006, p. 60, 61).

A ambiguidade que a autora apresenta se refere à associação imediata que pode ser feita com o mesmo tipo de literatura produzida em Portugal, que foi um modelo popular recorrente em toda a Europa, como os estudiosos do assunto já apontaram, sendo que os cordéis portugueses traziam histórias tradicionais em prosa e, desde o início, os folhetos produzidos no Brasil registraram poesias, não sendo, assim, uma reprodução ou mera recriação da literatura de cordel portuguesa.

A Literatura de folhetos é caracterizada pela rigidez das regras em sua produção com métricas estabelecidas para a versificação e composição das estrofes: as sextilhas (estrofes de seis versos) são usadas em narrativas, as setilhas (estrofes de sete versos) em folhetos de fatos jornalísticos ou circunstanciais e as décimas (estrofes de dez versos) a partir de motes (temas) em que, geralmente, um ou dois versos são repetidos no final de cada estrofe, repetindo uma estrutura comum às cantorias do Nordeste brasileiro.

Contudo, em consonância com Santos, é possível apontar a recriação escrita de uma tradição oral herdada da Europa, ao considerar a semelhança da atividade dos cantadores com os trovadores medievais, principalmente com os jograis, dada a sua origem popular. Estes tinham como ofício cantar ao som de seus próprios instrumentos as cantigas que eles mesmos escreviam ou dos nobres trovadores, que, junto com os jograis, frequentavam a corte real, inclusive reis como D. Afonso X de Castela (1221-1284), D. Sancho I de Portugal (1154-1211) e D. Dinis I de Portugal (1261-1325) atuaram como poetas.

No seu conjunto, disciplinado pela métrica e pelos temas comuns, as individualidades mal se acusam. O sentimento de autoria, fraco na Idade Média, apaga um pouco as pessoas. Trovadores como Afonso X têm ao seu dispor um verdadeiro laboratório de poesia, às vezes com assuntos distribuídos, cantigas que o Rei emenda ou amplia, sugestões que lhe vêm de ouvir os jograis tangê-las ou a Corte reagir a elas. Embora cada poeta defenda o próprio terreno, não há aquele respeito irrevogável pelo carácter individual da criação literária próprio dos tempos modernos. Isto não quer dizer que se não distingam as predileções pessoais, os temas peculiares, e por vezes até o estilo. (NEMÉSIO, s.d., p. 19, 20).

Assim, a rigidez nas regras para a composição, apontada anteriormente, já existia na poesia medieval. Essa característica em relação à autoria, de alguma forma, também se repetiu no Nordeste brasileiro, pois com a venda dos direitos de impressão da obra de um poeta para uma tipografia, o folheto passava a sair com o nome do seu dono, o qual, geralmente, também produzia sua própria poesia. Isso provocou dificuldade para se estabelecer a verdadeira autoria de muitos folhetos, trabalho que continua a ser realizado por pesquisadores.

Quanto aos temas, tradicionalmente, as cantigas galego-portuguesas são classificadas em cantigas de amor, cantigas de amigo, cantigas de escarnio e cantigas de maldizer. As duas últimas formavam as cantigas satíricas, nas quais a cantiga de escarnio satirizava indiretamente uma pessoa com trocadilhos e jogos semânticos, enquanto a crítica na cantiga de maldizer era direta, muitas vezes com palavras de baixo calão. Mas o pesquisador Vitorino Nemésio apontou a existência de mais um gênero: as cantigas de romaria.

A circulação provocada no nordeste da Península Ibérica pela peregrinação a Santiago de Compostella, importante para a formação e o enriquecimento do Trovadorismo português, e o culto aos santos locais, que formavam pequenos santuários espalhados pelo território português do Minho, foram elementos importantes na cultura portuguesa, demonstrando uma religiosidade registrada nas cantigas dos poetas.

Todas as classificações propostas para o estudo da Literatura de folhetos apontaram a presença da temática religiosa, seja em seu caráter moralizante, seja com o registro dos *costumes e mitos do mundo rural brasileiro*, apresentando os seguintes elementos: as festas religiosas; o registro de milagres e outras manifestações sobrenaturais; misticismo e santos do sertão; representantes religiosos, como Padre Cícero e Frei Damião; as figuras cristãs de Maria, de Jesus, da Santíssima Trindade e os santos oficiais; a figura do diabo, principalmente sendo enganado.

Talvez se possa dizer sem muita margem de erro ser este – o de religião e, em particular, de vida de santo – o tema mais antigo versado nos folhetos populares. (...) O que se verificou na Europa, também deve ter acontecido no Brasil: a

divulgação da vida de Jesus e das de santos através da memória popular, conservando-se nos folhetos o registro escrito que os alfabetizados aprendiam. De Jesus e de santos, exemplos piedosos, martírios e milagres, deveriam ser muitas das narrativas transmitidas nos serões, de modo a preservar, nos ouvintes, os sentimentos religiosos. (DIÉGUES JÚNIOR, 1986, p. 86, 87).

Os poetas Leandro Gomes de Barros (1865-1918), que começou a publicar seus poemas em folhetos a partir de 1893; João Martins de Ataíde (1880-1959), que iniciou as suas publicações em 1902; Francisco das Chagas Batista (1882-1930), que publicou o primeiro folheto em 1908; e Silvino Pirauá de Lima (1848-1913), que os pesquisadores apontam como iniciador da Literatura de cordel, embora não haja nenhum folheto publicado anterior ao de Leandro Gomes de Barros, são considerados os pioneiros e com quem nasceu esta literatura.

Silvino Pirauá, paraibano de nascimento, como Leandro Gomes de Barros, tendo atuado também em Pernambuco, transcreveu para o folheto impresso um desafio proposto por Zé Duda, com o título *Desafio de Zé Duda com Silvino Pirauá descrevendo os reinos da natureza*, ou inventou a realização do mesmo. Analisando o poema, escrito em sextilhas, é interessante perceber que na discussão acerca da *sciencia*, o autor não deixa claro se, afinal, está considerando como Ciência apenas o estudo da natureza ou também o conhecimento dos cantadores, que, além de fazerem versos a partir de uma métrica rígida, podem conhecer e, por isso cantar, qualquer assunto, sendo verdadeiras enciclopédias vivas, como fica evidenciado no fim do enfrentamento acerca dos saberes sobre os reinos vegetal, mineral e animal.

Desafio de Zé Duda com Silvino Pirauá descrevendo os reinos da natureza

Preste atenção, meu leitor,
ao caso que vou contar
d'um desafio intrincado
que custou em se acabar,
todos dois eram valentes
em saber desafiar.

(...)

Z. – Me informaram que você

era exímio cantador,
que da arte que ora exerce
pretende ser professor
e que em sciencia pratica
discute como um doutor.

S. – Zé Duda, há mais de 30 annos
que eu vivo de cantoria,
não me julgo mais que os outros
mas conheço bem poesia,
se eu fosse um cientista
cantando não viveria.

Z. – Se você sabe cantar
vou ter agora certeza,
previna a sua memória
para com toda franqueza
discutir commigo sobre
os reinos da Natureza.

S. – Os reinos da Natureza
são trez, eu os cantarei:
– O primeiro é o Vegetal.
d'este agora falarei;
se discutir sobre elle
ao seu dispor estarei...

(...)

Z. – Agora, illustre colega,
eu conheço que o senhor
em todo e qualquer assumpto
é exímio cantador,
e não creio que nesta arte
encontre competidor.

O poeta João Martins de Athayde publicou uma série de pelejas, sendo que várias delas estão disponíveis no catálogo da Fundação Rui Barbosa, a saber: *Peleja de Antônio Machado com Manoel Gavião, Peleja de Bernardo Nogueira e o Preto*

Limão, Peleja de João Athayde com José Ferreira de Lima, Peleja de João Athayde com Leandro Gomes de Barros, Peleja de João Athayde com Raimundo Pelado do Sul, Peleja de Laurindo Gato com Marcolino Cobra Verde, Peleja de Manoel Raimundo com Manoel Campina, Peleja de Manoel Riachão com o diabo; Peleja de Patricio com Inacio de Catingueira, Peleja de Romano e Inacio da Catingueira, Peleja de Ulysses Bahiano com José do Braço, Peleja de Ventania com Pedra Azul e Peleja do Cego Aderaldo com Zé Pretinho.

O poema *A Conceição de Maria*, de João Martins de Ataíde, escrito em Juazeiro do Norte, Ceará, em 1954, e impresso na tipografia de José Bernardo da Silva, que também era um poeta popular, foi escrito em décimas, com a repetição de um ou dois versos no final de cada estrofe – a versificação comum das cantorias do Nordeste brasileiro, como já foi apontado –, evidenciando, pelo tema, o catolicismo popular presente no Nordeste, caracterizado pelo sincretismo religioso, pela forte devoção a Maria e pelo culto aos santos de forma própria, contrariando a teologia oficial, quando, muitas vezes, o povo não “faz” os seus próprios santos, como ocorreu por vezes na Idade Média.

O eu-lírico se apresenta como alguém com uma existência sem sentido, marcado pela ausência de um pai e de uma mãe para amá-lo, e descobre um remédio para as suas dores emocionais na ida ao templo de Nossa Senhora da Conceição, após o exemplo de vida de uma santa popular que encerrou sua vida “aos pés” de Maria. Os templos católicos dedicados a esse orago eram muito comuns, sobretudo no Nordeste, devido a presença dos missionários franciscanos, que foram os grandes propagadores da devoção a Conceição de Maria no Brasil.

A conceição de Maria

Minha existência é de horror
meu tormento é sem segundo
não sei p'ra que vim ao mundo
sem pai, sem mãe sem amor
para curar minha dor
só um remedio existia
era uma santa que havia
que depois do seu exemplo

foi colocar-se no templo
da Conceição de Maria

(...)

Blasfemei contra a existencia
Fiz peor que um fariseu
tornei-me quase um ateu
malvado e sem pacencia
conheci que me perdia
mas na jornada que ia
foi que pude me salvar
bem junto ao pé do altar
da Conceição de Maria

(...)

Um dos seres da Trindade
aqui na terra foi visto
nosso Senhor Jesus Cristo
praticando a caridade
dando força a liberdade
a quem não mais merecia
dando vista a quem não via
absolvendo o pecado
de qualquer um filho amado
da Conceição de Maria

(...)

Eu tive um bom camarada
panteísta e ocioso
do lado religioso
nunca acreditou em nada
gritava até na estrada
que Jesus não existia
mas quando viu que morria
pediu e foi confessado
ungido e sacramentada
na Conceição de Maria

Este folheto, diferente do anterior, que falava do conhecimento científico, pode ser entendido como uma forma de transmissão de conhecimentos religiosos. Para entender como esse processo se dava é preciso lembrar que esses folhetos eram lidos na feira, onde se reunia uma parcela significativa da população, que, se estivesse localizada no sertão, poderia receber a visita de um padre, que ainda rezaria em latim, apenas uma vez por ano ou uma única vez na vida. Como a população não lia a Bíblia Sagrada, primeiro porque muitos não eram alfabetizados e, depois, porque elas não estavam disponíveis no universo católico brasileiro, podia conhecer a história de Jesus na escuta e/ou na leitura de um folheto como este.

Além de exaltar a figura de Maria como mãe – a interpretação popular da Imaculada Conceição –, ocorre a narrativa de passagens da vida de Jesus: aos sete anos discutindo com os doutores da lei, algumas passagens da Paixão, a ressurreição e os atos de Jesus após esse evento, a promessa de Pentecostes. Por fim, o autor ensina, por meio do eu-lírico, a respeito do perdão divino, que existiu para ele, quando agiu contra a figura divina, e para o amigo ateu na hora da morte, abordando aí a questão dos sacramentos católicos, no caso a confissão e a extrema-unção.

Nesse sentido, o folheto *Os horrores do inverno de 60: o clamor do povo do Nordeste*, de Francisco das Chagas Batista, é bastante emblemático: primeiro, pela narração dos estragos provocados pela chuva – no Nordeste o inverno é chuvoso –, quando a tendência é pensar que só existem narrativas sobre a seca; depois, por se apresentar como um folheto de notícias, classificado como de fatos circunstanciais, com um tom apocalíptico, justificando a intensidade da chuva como um castigo divino, o que o torna um folheto sobre fim de eras, muito frequente nesta literatura.

Os horrores do inverno de 60: o clamor do povo do Nordeste

Vinde Jesus do império
socorrer a humanidade
que está sofrendo na terra
tamanho temeridade
fenômenos da natureza
que faz causar piedade

Muita gente não da crença

no que dizia Ananias
Abacúque e Salomão
Daniel e Jerimias
mas os dizeres profeticos
já cumpriu-se as profecias

Hoje o povo so abraça
ódio crime e maldade
futebol banho de praia
tibieza eniquidade
carnaval escandalo e moda
tudo contra a divindade

Hoje falam em praça publica
da sempre Virgem Maria
com labias contra Deus
contra santa Eucaristia
agora chegou o tempo de cumpri-se a profecia

(...)
No dia cinco de março
ficou triste a amplidão
uma nuvem pardacenta
envolvendo a espanção
como que representava
presagio de inundação

(...)
Agora mudo de assunto
a poesia integral
a carapuça assenta
em quem praticou o mal
vou tratar nos cearenses
na festa do carnaval

Fizeram um club de santo
com a melhor fantasia
um burro e uma jumenta
Jesus José e Maria

tem um inverninho ai
era essa a voz de anarquia

A Virgem ia montada
São José também montado
tem um inverninho ai
dizia o apostolado
agora Deus mandou chuva
estão tudo aperriado

Já cantaram uma moda
que as aguas iam rolar
também tomara que chova
os três dias sem parar
Deus vendo esta corrupção
tratou de nos castigar

O tom moralista é bem claro no poema. Há uma comparação entre boas e más práticas, aos olhos cristãos. Grande parte do poema, composto em sextilhas, é a descrição dos estragos causados pela chuva nos estados das regiões Norte e Nordeste. Não há a data da publicação do folheto e a indicação do ano no título causa confusão, já que se refere ao ano 60 e o poeta viveu entre 1882 e 1930. Nas estrofes finais, alguns versos falam sobre a presença do Exército e da intervenção militar do então presidente.

Este ponto é bastante interessante porque a Literatura de folhetos foi responsável por registrar um evento que não aparece nos livros didáticos de História: a Política de Salvações. Após a sua eleição, o Marechal Hermes da Fonseca, que permaneceu no cargo entre 1910 e 1914, implantou o projeto de mesmo nome, a fim de tirar o poder político das mãos dos grandes fazendeiros por meio de uma intervenção militar. Sabe-se que a Revolta de Juazeiro, ocorrida em 1914, foi uma resposta a essa intervenção.

O poeta popular Francisco das Chagas Batista publicou, em 1912, o folheto *Resultado da Revolução do Recife*, sobre o movimento popular que respondeu à Política de Salvações. O autor apresenta uma visão positiva desse momento histórico, ao intitular o presidente Hermes da Fonseca como herói da liberdade, descrevendo

as agitações políticas com o povo lutando ao lado das tropas do Exército contra a polícia, que representava os proprietários de terra.

Resultado da Revolução do Recife

A oligarquia julgava
Que com seu orgulho forte,
Escravizaria o povo
Do grande “Leão do Norte”:
Porém esse despotismo
A muitos custou a morte!

Porque esse velho “Leão”
Que se chama Pernambuco,
– Berço dos libertadores –
Caneca e Joaquim Nabuco,
Botou as unhas de fora
E mostrou que tinha suco!

Mostrou que naquele sólo
Onde lutou “Camarão”,
Um povo não se curvava
Ao jugo da escravidão;
S exterminada asteiando
Da liberdade o pensão!

(...)
No dia seguinte à tanto
Tomou conta do general
Do governo do estado
Fez uma festa sem igual!
Em todo o povo o prazer
Foi mais de que natural.

Da grande revolução
O que eu sabia contei:
Se disse alguma mentira
Não fui eu que a inventei:

Achei na boca do povo
Tudo aqui que publiquei.

(...)
Sou inimigo da política,
Porém vivo de escrever,
Por isso sigo o assunto
Que mais dinheiro render:
Meu lema é: Independente
Na sociedade viver...

Dezejo que o general
Governe bem o Estado,
Que não persiga ninguém;
Que então será estimado
Por todos seus subalternos,
Da gorôto a magistrado

É interessante que o autor encerra o poema dizendo que não escreveu sobre um assunto de sua preferência, mas que era o que os compradores dos folhetos queriam ler e ouvir naquele momento. Pode-se classificar este folheto como de fato jornalístico, sobretudo pela descrição detalhada que realiza com datas e nomes em uma sequência para dizer que houve uma mudança política em Recife por causa da ajuda do povo, que apoiou a intervenção militar.

Já o poeta Leandro Gomes de Barros, autor de inúmeros folhetos impressos, foi o que mais trouxe em sua poesia a presença da tradição oral herdada da Europa, talvez, justamente, por ter sido o pioneiro. Personagens que estavam presentes no imaginário religioso europeu, com destaque para a Península Ibérica, que viveu internamente uma cruzada contra os muçulmanos, e apareciam na literatura europeia desde a Idade Média, com canções de gesta como *Girard de Vienne* e *Chanson de Roland*, tiveram seus nomes “abrasileirados” e viraram personagens dos clássicos folhetos do autor intitulados *A prisão de Oliveiros* e *Batalha de Oliveiros com Ferrabrás*.

Diferentes tradições narrativas europeias e orientais forneceram o conteúdo para a Literatura de folhetos, com significativa presença de temas religiosos, sejam

eles cristãos ou cristianizados: nas histórias de Carlos Magno e das figuras a ele ligadas, como Rolando – Roldão é o nome que aparece na poesia popular –, Oliveiros e Ferrabrás, no ciclo carolíngio, há a questão da conversão dos muçulmanos ao cristianismo; e nas histórias relacionadas ao Rei Arthur, no ciclo arturiano, há a busca do Santo Graal, o suposto cálice utilizado por Jesus na última ceia e no qual José de Arimateia teria recolhido o sangue de Jesus durante a crucificação.

Dessa forma, confirma-se a hipótese explicativa da pesquisadora Idelette Muzart-Fonseca Santos, de que a Literatura de cordel brasileira é, ao mesmo tempo, uma recriação de uma tradição herdada da Europa, sobretudo no que se refere aos temas religiosos, e um registro dos mitos do mundo rural brasileiro, ficando entre a religião e o povo, ao servir de fonte de transmissão de crenças religiosas, fora outros tipos de conhecimentos, informando a população acerca das notícias em um tempo em que a comunicação era muito precária.

Referências bibliográficas

ATAÍDE, João Martins de. *A Conceição de Maria*. Juazeiro do Norte, Ceará: Editora José Bernardo da Silva, 1954.

BATISTA, Francisco das Chagas. *Horrores do inverno de 60: o clamor do povo do Nordeste*, s.l., s.d.

DIÉGUES JÚNIOR, Manuel. *Ciclos Temáticos na Literatura de Cordel*. In:_____. *Literatura popular em verso: Estudos*. Tomo I. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura; Fundação Casa de Rui Barbosa, 1973.

LIMA, Silvino Pirauá de. *Desafio de Zé Duda com Silvino Pirauá descrevendo os reinos da natureza*. Belém: Editora Guajarina, 1937.

NEMÉSIO, Vitorino. *A poesia dos trovadores*. Lisboa: Livraria Bertrand, s.d.

SANTOS, Idelette Muzart-Fonseca dos. *Memória das vozes: Cantoria, romanceiro & cordel*. Salvador: Secretaria da Cultura e Turismo; Fundação Cultural do Estado da Bahia, 2006.